

VII Seminário FESPSP – “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudanças”.

24 a 28 de setembro de 2018

GT 6: Educação, literatura e sociedade

**Os saberes informacionais e as bibliotecas públicas da cidade de São Paulo:
um estudo exploratório**

Wanderson Scapechi (FESPSP)*

Resumo

Apresenta estudo realizado em bibliotecas públicas da cidade de São Paulo como forma de estudar os saberes informacionais. Tais saberes são de natureza relacional, pois envolvem competências, habilidades e atitudes que os sujeitos desenvolvem frente à informação. Assim, o seu objetivo geral é estudar as ações que tais bibliotecas desenvolvem para a consolidação destes saberes entre os sujeitos. Para tanto, foi feita uma pesquisa exploratória, com observação *in lócus* em bibliotecas selecionadas aleatoriamente. Os resultados mostraram que existem ações para o desenvolvimento dos saberes informacionais, mas que estas se concentram mais em alguns em detrimento de outros. Diante disso, são necessárias ações sistemáticas e orgânicas de aprendizagens informacionais por meio de programas de Infoeducação.

Palavras-chave: Saberes informacionais. Infoeducação. Bibliotecas públicas.

1 Introdução

O presente artigo é parte da pesquisa ora em desenvolvimento pelo Programa de Incentivo a Pesquisa Docente (PIPED), da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), que tem como tema os saberes informacionais e as bibliotecas públicas da cidade de São Paulo. Portanto, a questão de pesquisa que se coloca e merece ser investigada é: as bibliotecas públicas da cidade de São

* Mestre em Ciência da Informação.

Prof. do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).
e-mail: wscapechi@fespsp.org.br

Paulo tem realizado ações efetivas e relevantes para o desenvolvimento de saberes informacionais entre a sua comunidade?

Considerando os desafios enfrentados pela sociedade na contemporaneidade no que diz respeito à produção, circulação e recepção da informação, estudos dessa natureza são imprescindíveis para fomentar a discussão sobre os processos de apropriação da informação, sobretudo nos dias atuais.

Sendo assim, este estudo tem por objetivo geral investigar o desenvolvimento de saberes informacionais nas bibliotecas públicas da cidade de São Paulo, e como objetivos específicos verificar se há e quais são as práticas realizadas pelas bibliotecas públicas para esse fim. Não obstante, conhecer o entendimento que os bibliotecários que atuam nessas bibliotecas têm sobre o que seja os saberes informacionais, bem como a sua importância para o protagonismo informacional dos sujeitos que fazem uso das bibliotecas.

Para isso, foi feito um estudo exploratório em 17 bibliotecas públicas da cidade de São Paulo, como forma de mapear as condições de manifestação do objeto. Tais bibliotecas foram selecionadas aleatoriamente dentro de um universo de 106 bibliotecas públicas que compõem o Sistema Municipal de Bibliotecas da Cidade de São Paulo. A coleta de dados se deu por observação *in loco* nas bibliotecas selecionadas de forma a conseguir informações para o exame de fatos ou fenômenos do que se deseja estudar.

Para efeitos deste artigo, a discussão teórica se dará em torno dos seguintes conceitos: Sociedade da Informação, Sociedade do Conhecimento, Infoeducação, Saberes Informacionais e Bibliotecas Públicas.

2 A Sociedade da informação: primeiras palavras

Em meados dos anos 1960, por conta do avanço das novas tecnologias de informação e comunicação, bem como pelo aumento exponencial da quantidade de informação produzida, um novo termo começa a fazer parte das pautas de discussões políticas, econômicas e acadêmicas nos diferentes países do mundo, principalmente os da América do Norte e da Europa, que se denominou Sociedade da Informação. Para Mattelart (2002), a ideia de uma Sociedade da Informação já se remontava a criação de máquinas inteligentes ao longo da Segunda Guerra Mundial. No Brasil, as discussões sobre Sociedade da Informação acontecem na década de

90, especialmente em sua segunda metade, que por conta do uso mais comercial da Internet, existe uma preocupação do governo brasileiro em ampliar o acesso da população aos dispositivos de tecnologia de informação e comunicação. Nesse sentido, em meados dos anos é lançado através do Programa Sociedade da Informação, o Livro Verde da Sociedade da Informação (2000), que tinha como função ser um documento do programa.

Vários são autores que discutem o conceito de Sociedade da Informação, e que como tecem críticas sobre os seus encaminhamentos (CASTELLS, 2008; DRUCKER, 1999). Tais apontamentos acabam por destacar que a análise a ser feita para o que se denomina Sociedade da Informação não pode desconsiderar aspectos históricos, culturais, econômicos, técnico-comunicacionais e políticos da sociedade. Nesse sentido, Burch (2005 citado por VIEIRA, 2016, p. 47) afirma que “o termo [Sociedade da Informação] passou a ser utilizado como parte da construção política e ideológica unilateralmente na conjuntura da globalização, em busca da aceleração do estabelecimento de um mercado mundial acessível e autorregulado”. Portanto, ao se falar em Sociedade da Informação, é preciso considerar práticas mercadológicas em torno do uso das tecnologias de informação e comunicação que não consideram as particularidades, principalmente, dos países em desenvolvimento.

3 A Sociedade do Conhecimento: um fenômeno do mundo pós-industrial

O termo Sociedade do Conhecimento foi cunhado por Peter Drucker no final da década de 90 para se referir ao valor do conhecimento para a sociedade. A chamada terceira revolução industrial alterou aspectos significativos da economia, da política e do mundo do trabalho, onde há o deslocamento do valor tangível de produtos e serviços para o valor que intangível que está presente nos processos organizacionais, que geram inteligência competitiva por meio da informação e do conhecimento. Portanto, podemos dizer que a Sociedade do Conhecimento se apresenta como um fenômeno do mundo pós-industrial.

Nesse sentido, tanto a Sociedade da Informação como a Sociedade do Conhecimento caracteriza-se pelo uso da informação, do conhecimento, bem como das tecnologias da informação e comunicação, com impacto no tecido social em variados aspectos. A esse respeito, Borges (2008, p. 179) diz que “[...] o planejamento e desenvolvimento das organizações e das empresas exigem uma

abertura para o ambiente externo, um conhecimento atualizado e adaptado ao contexto [...]”, de forma ser mais pluralista e dinâmico para a consolidação de ideais mais democráticos.

Na Sociedade do Conhecimento são valorizados e desejados saberes que transcendam o mero acesso à informação, embora esta seja matéria-prima para o conhecimento. Assim, são necessárias ações de cunho educacional que preparem os sujeitos para transformar informação em conhecimento. Para isso são necessárias instâncias educacionais e culturais compromissadas com o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes para a informação.

4 Infoeducação: os pressupostos

A partir de estudos teóricos e práticos desenvolvidos pelo Prof. Dr. Edmir Perrotti e sua equipe desde os anos 1980, na Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo, tendo como problemática os aspectos formativos da informação, de forma a aproximar os estudos da área da Ciência da Informação e da Educação.

No ano 2000, por ocasião de um Colóquio Internacional, por nós organizado na Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo (ECA/USP), lançamos a proposta da *Infoeducação*, neologismo com o qual sintetizávamos preocupações nascidas de realizações efetuada por equipe que coordenávamos, com o objetivo de produzir, à época, conhecimentos teóricos e práticos envolvendo as relações entre Biblioteca e Educação (PERROTTI, 2016, p.5).

Nesse sentido, por meio de estudos interdisciplinares, a Infoeducação busca compreender e analisar os fenômenos informacionais da contemporaneidade considerando novas formas de relações entre os sujeitos e a informação, frente aos quadros de explosão informacional já existente desde o final da Segunda Guerra Mundial. Todavia tal tarefa não se apresenta fácil de ser cumprida, por tratar-se de objetos complexos e que demandam um olhar para além da superficialidade do que está posto.

Sendo assim, a informação não é apenas insumo, mas ela é categoria para a produção de sentido e de significados por parte dos sujeitos diante dos signos da cultura, pois apresenta “uma incontornável e instrínseca dimensão formativa, em

conteúdos, formas e processos” (PERROTTI, 2016), o que a coloca para além de uma instrumentalização que considere somente o seu conteúdo.

Produzir sentidos e dar significados, nesta perspectiva, inexistem sem que haja a apropriação da informação por parte dos sujeitos. A apropriação se opõe ao conceito de assimilação, uma vez que a “Infoeducação pretende ser reflexiva e compromissada com a formação de seres autônomos, críticos e criativos, munidos de condições teóricas e práticas que lhes permite escolher posições e relações a serem estabelecidas com a ‘era da informação’” (PERROTTI, 2016, p. 13). Trata-se, portanto, de atuar na e pela informação nos processos educacionais, culturais e informacionais.

Nesse sentido, a Infoeducação difere-se da denominada *Information Literacy*, embora a não desconsidere. O termo traduzido para o português recebeu como possíveis traduções as seguintes expressões: “alfabetização informacional, letramento, literacia, fluência informacional, competência informacional” (DUDZIAK, 2003, p. 24). Para a mesma autora, a partir de seu estudo realizado sobre a evolução do conceito ao longo dos anos, pode-se defini-lo como o “processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida” (DUDZIAK, 2003, p. 28).

O entendimento que a Infoeducação tem sobre os programas e as discussões sobre a *Information Literacy* vão além de uma prática meramente instrumental e procedimental em torno da informação. Perrotti (2016) ao dizer sobre as iniciativas internacionais que existem em torno do movimento da “alfabetização informacional”, chama a atenção para o uso e o abuso que se tem feito para a noção de competência. Tal denuncia é feita por Haberey-Knuessi e Heeb (2015 citado por PERROTTI, 2016, p. 14) quando afirmam que essas instituições internacionais, ao tratarem tal questão (ALA, IFLA e UNESCO), não se dão conta “de seu sentido e de sua extensão reduzida e redutora, quando transformada em objetivo educacional”.

A análise feita por Tuominen, Savolainen e Tajla (2005 citado por CALIL JUNIOR, 2017, p. 136) aponta para a mesma direção, na medida em que os autores afirmam que “muitos dos trabalhos sobre o ‘information literacy’ são prescrições normativas sobre as habilidades necessárias para a vida na sociedade contemporânea”. Em outras palavras, a “Information literacy” tende a compreender as fluências individuais

em torno da informação descoladas das atividades práticas e dos contextos em que são utilizadas.

5 Saberes informacionais: o conceito

O cenário mundial de grande produção de informações, acentuado pelo desenvolvimento e utilização das tecnologias digitais de informação e comunicação, é denominado por Le Coadic (1996) de explosão da informação. Para ele, tal fenômeno é decorrente do avanço gradual da eletrônica até o desenvolvimento das telecomunicações, o que ocasionou “demultiplicação, amplificação e armazenamento de enormes volumes de informações [que] ocorrem sem cessar” (LE COADIC, 1996, p. 7). Tal fato se apresenta por demais importante e demanda, portanto, dos estudos da área da Educação medidas para o enfrentamento das decorrências desta questão, no sentido a atuar na formação de sujeitos protagonistas culturais por meio de um fazer engajado com o aprender/ensinar a informar e informar-se.

Tal ação não se apresenta fácil de fazer, uma vez que os processos educacionais ainda se centram muitas vezes em práticas mais comprometidas com a transmissão e assimilação de informações, para o desenvolvimento de competências do que com a construção de saberes para a apropriação simbólica da informação, contrariando assim a ideia da Infoeducação no que tange aos modos de apropriação da informação. Para ela, a apropriação da informação não acontece de modo espontâneo e natural, mas sim por meio de ações planejadas de forma sistemática e orgânica, com vistas à consolidação das aprendizagens informacionais. Nesse sentido, Perrotti e Pierrucini (2008, p. 88) afirmam:

Novos saberes, novos fazeres entram em cena na cultura de nosso tempo e demandam, pois, novos paradigmas e modos de atuar. Aprender a informar-se é, decorrência, ação e reflexão sobre os aspectos imateriais e materiais da informação, é ação sobre os significados, os saberes e seus dispositivos [...].

Os saberes informacionais implicam conhecimentos que vão além dos conhecimentos técnicos e procedimentais para o uso da informação. Assim, não se

trata apenas de saber operar a informação, mas sim de desenvolver a capacidade de reflexão sobre o domínio do modo de proceder, as suas razões de ser para o enfrentamento da dela na contemporaneidade, uma vez que se encontra volátil e líquida, necessitando que haja ferramentas e condutas visíveis por parte dos sujeitos para dar sentido e significado à informação.

A dimensão relacional dos saberes informacionais encontra eco nas palavras de Scapechi (2009, p. 36) ao afirmar que “os saberes informacionais se constituem em uma trama de elementos que consideram as habilidades, competências e valores dos sujeitos no trato com a informação [...]”, pois somente desta maneira é que resultará em construção de conhecimento, uma vez que o saber é relacional e se dá por meio de uma educação intelectual.

6 Bibliotecas Públicas: aspectos históricos

As primeiras bibliotecas públicas surgiram entre os séculos XVII e XIX como resultado do processo de desenvolvimento da imprensa, mas também do desenvolvimento industrial. Mais precisamente, ela data de 1850, na Inglaterra, por conta da Revolução Industrial e Liberal. Na ocasião, o Estado passa a apresentar condições econômicas, políticas e culturais mais propícias. O Public Library Act (Ato da Biblioteca Pública) foi promulgado na Inglaterra também em 1850. No presente ato foi introduzido o conceito de prestação de serviço gratuito pelas bibliotecas, com vistas a contribuir no processo de educação e aprimoramento da classe trabalhadora.

No entanto, uma das primeiras a serem idealizadas remota ao ano de 39 d.C., no Império Romano. Ainda assim, alguns estudiosos se contradizem quanto à data da primeira biblioteca pública, ficando os questionamentos “entre a da Ulpiana, fundada por Trajano, a Ambrosiana, de Milão, fundada pelo Cardeal Borromeu em 1608, a Marciana, de Florença, no século XV e a Vaticana, fundada pelo papa Nicolau, por volta de 1450 (MARTINS, 2002, p. 78-79 citado por FERRAZ, 2014, p. 20). Nesse sentido, é possível perceber o desejo de pessoas em tornar públicas as suas coleções, muito embora saibamos que este público não abarcava a maioria da população devido ao grande número de analfabetos existentes.

No Brasil, a primeira biblioteca pública a ser inaugurada foi da Biblioteca Pública da Bahia, em 4 de Agosto de 1811, em Salvador. Pode-se dizer que ela surgiu da ação

de iniciativa particular, liderada por Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, com contribuições de seus sócios. Segundo Suaiden (1995, p. 24), “Pedro Gomes Ferrão de Castello Branco encaminhou um projeto, datado de 5 de fevereiro de 1811, ao Conde dos Arcos, governador da Capitania da Bahia, solicitando a aprovação do plano para a fundação da biblioteca”. Pedro Gomes pedia ao então governador apenas a aprovação do projeto, uma vez que segundo ele, a biblioteca seria mantida por meio da cooperação de todos os cidadãos que desejassem dela fazer parte. Mais para frente, em 1824, a Biblioteca Nacional abre as suas portas ao público. Segundo da IFLA (1994), “a biblioteca pública- portal local de acesso ao conhecimento – proporciona condições básicas para a educação permanente, a tomada de decisões independentes e o desenvolvimento cultural do indivíduo e dos grupos sociais”. Sendo assim, a biblioteca pública é uma instituição da comunidade, que é mantida e custeada pelo governo local, regional ou até mesmo nacional. Sua função é proporcionar acesso irrestrito ao conhecimento, à informação, à educação constante e às artes mediante a oferta de diversos produtos e serviços. Igualmente, se coloca à disposição, de modo igualitário, a todos os membros da comunidade. Ainda, no mesmo documento, ao se tratar sobre as missões da biblioteca pública, é dito que deve ser fundamental ela oferecer, além dos serviços ligados à informação, alfabetização, educação e cultura. Desta forma, lhe cabe “apoiar tanto a educação individual e de iniciativa quanto a educação formal em todos os níveis” (IFLA, 1994). Para apoiar os processos de aprendizagem formal e informal, as bibliotecas públicas devem dispor de materiais em diferentes formatos. Além disso, devem também ajudar os usuários a utilizarem eficientemente os recursos educacionais, bem como oportunizar meios que possibilitem às pessoas a estudarem.

a capacidade de ter acesso às informações e poder utilizá-las é imprescindível para uma educação bem sucedida e, sempre que possível, as bibliotecas públicas devem cooperar com outras instituições ligadas à educação mediante a capacitação do público sobre a utilização dos recursos de informação (IFLA, 2012, p. 3).

A esse respeito, Macedo (1994) já sinalizava a necessidade de um diálogo entre a biblioteca pública e a escola mediante o conhecimento prévio por parte desta dos trabalhos solicitados pelos professores, e do modo de orientação que desejam que

seja dada ao estudante. Na visão da autora são necessários “cursos formais de capacitação do estudante para a técnica bibliográfica, para o conhecimento da biblioteca e para iniciação pedagógica, de um lado dirigido aos professores, e do outro, aos bibliotecários, devem ser oferecidos nas diferentes esferas: biblioteconomia e educação” (MACEDO, 1994, p. 9).

O primeiro Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais mostrou que, em 2009, 79% dos municípios brasileiros possuíam ao menos uma biblioteca, correspondendo a 4.763 bibliotecas em 4.413 municípios (SILVA, 2015). A região Sudeste é a que mais utiliza a biblioteca pública para o lazer. Os usuários que as frequentam são quase o dobro (14%) da média nacional (8%).

A mesma pesquisa aponta que os frequentadores em São Paulo são os que mais vão às bibliotecas por lazer. No entanto, quanto à frequência, o usuário do Sudeste mostra baixo uso da biblioteca (1,6 vezes por semana), índice inferior ao brasileiro (1,9 vezes por semana). No caso da cidade de São Paulo, o índice é de 1,5 vezes por semana. Esses dados mostram que a relação da população brasileira com as bibliotecas públicas ainda se dá de maneira incipiente e, muitas vezes, esvaziada de sentido. Embora haja esforços empreendidos para a criação e manutenção de bibliotecas públicas no Brasil, nos dias de hoje ainda persiste um quadro de carências no que diz respeito à quantidade e qualidade das bibliotecas.

7 As bibliotecas públicas na cidade de São Paulo: um retrato

Em 1926, a partir da liberação do acesso ao público da Biblioteca da Câmara Municipal um ano antes, instalou-se na Rua 7 de Abril a Primeira Biblioteca Pública de São Paulo.

Em 1936 foi criada a primeira biblioteca infantil, que esteve sob a direção de Lenyra Fraccaroli. Tal acontecimento foi no mesmo ano em que Rubem Borba de Moraes assumiu a Divisão de Bibliotecas do então criado Departamento de Cultura. Em 1955 passou a denominar-se Monteiro Lobato.

No ano de 1942, o Prefeito Prestes Maia entregou à população o prédio da Biblioteca Pública Municipal, que em 1960 recebeu o nome de Biblioteca Mario de Andrade. Já entre as décadas de 1960/1970, formou-se a rede de bibliotecas de bairros, em que os acervos eram voltados para o público infanto-juvenil. Diante

dessa expansão, foram incorporadas ao município dezenas de bibliotecas existentes até hoje.

O Sistema Municipal de Bibliotecas (SMB) da cidade de São Paulo é composto por 106 bibliotecas, sendo: 51 bibliotecas públicas nos bairros; 5 bibliotecas centrais (Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato, Biblioteca Mario de Andrade e 3 bibliotecas do Centro Cultural São Paulo); 46 bibliotecas dos CEUs (Centro de Ensino Unificado); 1 biblioteca do Arquivo Histórico Municipal; 1 biblioteca do Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso (Biblioteca Jayme Cortez); 1 biblioteca do Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes (Biblioteca Maria Firmina dos Reis – temática em direitos humanos); 1 biblioteca do Centro Cultural da Penha (Biblioteca José Paulo Paes).

Todas elas são abertas ao público em geral, e junta contabilizam um acervo de 5 milhões de itens (livros, CDs, DVDs, jornais e revistas, entre outros). Nelas o público poderá ler, pesquisar, retirar livros e outros materiais emprestados, bem como desfrutar de uma ampla programação cultural. Somado a isso, o Sistema Municipal de Bibliotecas conta com os Serviços de Extensão (Caixaestante, Bosques de Leitura e Pontos de Leitura).

8 As bibliotecas públicas da cidade de São Paulo e os saberes informacionais: discussões e resultados preliminares

Embora o estudo esteja em fase inicial, é possível perceber, mediante as visitas *in locus* realizadas nas bibliotecas selecionadas, que existem realidades distintas entre elas quanto às ações voltadas para o desenvolvimento dos saberes informacionais. Nesse sentido, grande parte delas desenvolvem ações culturais de forma que os sujeitos se apropriem dos saberes próprios da oralidade, o que para Perrotti (2016) permite aos sujeitos reconhecerem a importância da informação oral.

Contudo quando se pensa o desenvolvimento dos saberes digitais, a situação se apresenta bastante dificultosa, uma vez que as bibliotecas carecem de equipamentos modernos de informática. Quando eles existem, ficam disponíveis para os funcionários da biblioteca ou servem simplesmente como terminais de pesquisas para o catálogo do acervo.

Em relação aos saberes ligados à prática da pesquisa, entendidos aqui como as ações sistemáticas para o ensino da busca pela informação que não se encontra

dissociada do ato de aprender, mas é causa e consequência da aprendizagem, não notamos nas bibliotecas visitadas nenhuma programação para tal fim, o que demonstra a necessidade de um programa de Infoeducação, pois como buscar algo que não se conhece? E ainda, como conhecer, se não se buscar?

Nesse sentido, Pieruccini (2004) advoga por uma busca da informação que seja competente e significativa. A busca competente compreende, segundo a autora, oito aspectos:

- Localizar os recursos informacionais armazenados em diferentes fontes;
- Localizar as informações no interior da fonte informacional;
- Reconhecer a existência de um “dispositivo” capaz de fornecer o que se deseja;
- Acessar e saber articular-se no interior do “dispositivo”, familiarizar-se com ele;
- Dominar o funcionamento das ferramentas nas quais a informação está guardada;
- Saber como “perguntar” ao “dispositivo”;
- Saber “ler a resposta” e
- Saber combinar perguntas e respostas para continuar o percurso no “dispositivo” até atingir o objetivo almejado.

Já a busca significativa, de acordo com Pieruccini (2004, p. 22), “[...] apresenta uma dimensão operatória complexa, constituída tanto de aspectos práticos como subjetivos e culturais.” Dessa forma, entendemos para que haja protagonismo dos sujeitos frente aos quadros informacionais são necessárias aprendizagens significativas no e com os dispositivos com vistas à formação de atitudes que permitam aos sujeitos um contato ativo com os processos de conhecimento.

Para a realização de buscas informacionais, que sejam de fato significativas, fazem-se necessárias aprendizagens específicas e mediações que tenham por foco não apenas o desenvolvimento de competência e habilidades com um fim em si mesmas, mas que, para além, considerem a constituição de atitudes no sentido do despertar de valores, comportamentos e sentimentos de vinculação com o conhecimento; ou seja os saberes informacionais.

9. Considerações finais

Presenciamos e somos afetados diariamente pelo crescimento exponencial de informações, por meio de diferentes meios e mediações. Todavia, tamanha quantidade de informação não quer dizer necessariamente sua apropriação, tendo em vista a construção efetiva de conhecimento, uma vez que nos dois processos estão implicados saberes e fazeres de natureza complexa que não se restringem somente ao contato físico com os signos.

Os saberes informacionais se constituem como aprendizagens próprias da contemporaneidade. Dada a profusão de informações, muitas vezes desconectadas e desconexas de quem a gerou, são necessárias ações sistemáticas e orgânicas que considerem a Informação como categoria fundamental para a construção do conhecimento.

Sendo assim, os saberes informacionais faz parte das discussões da Infoeducação, uma área de estudo interdisciplinar que se situa nos desvãos entre as áreas de Educação e Ciência da Informação. A sua principal problemática está em compreender os processos de apropriação simbólica da informação pelos sujeitos, como condição para que este se torne um protagonista cultural, entendido aqui como as ações afirmativas que os sujeitos de diferentes meios e condições desenvolvem no mundo contemporâneo. Para tanto, são necessárias aprendizagens para e nos dispositivos informacionais para o enfrentamento das dimensões plurais e conflitantes da vida social e pública. Assim temos que a natureza dos saberes informacionais é relacional, pois se da mediante a trama de elementos englobando competências, habilidades e atitudes.

As bibliotecas públicas, existentes desde o Império Romano, são espaços que foram se modificando ao longo do tempo. Nos dias de hoje elas são locais que podem consideradas como privilegiadas para ações que desenvolvam os saberes informacionais, pois se configura como a biblioteca da comunidade e, portanto, com um forte apelo e responsabilidade social, podendo ser apontada como aquela que tem as portas de entrada para o conhecimento, educação e informação, valores fundamentais para o desenvolvimento dos cidadãos.

A cidade de São Paulo possui um grande sistema de bibliotecas públicas que se espalha por todas as regiões da cidade. Todas elas abrem as suas portas para oferecer seus produtos e serviços para comunidade. Por meio de uma ampla agenda cultural, diferentes atividades culturais são oferecidas para o público, dentre

elas podemos destacar as rodas de leitura, contação de histórias, teatro, entre outros.

Em se tratando do estudo em questão sobre os saberes informacionais, os resultados apontam para a existência dessas ações, com uma maior concentração daquelas que tendem a privilegiar os saberes informacionais ligados à oralidade. No entanto, ações para o desenvolvimento de outros saberes informacionais, como por exemplo, os saberes digitais e de pesquisa, são ainda incipientes e pouco praticadas nas bibliotecas visitadas. Tal fato pode ser explicado por conta do desconhecimento que ainda existe para o que seja de fato os saberes informacionais, bem como a sua importância na contemporaneidade.

Portanto, cabe ao poder público, responsável pela bibliotecas públicas, fazer os devidos encaminhamentos para que se pense e aplique programas de Infoeducação nas diferentes bibliotecas públicas da cidade de São Paulo de forma a superar as lacunas existentes na formação educacional e cultural da população - nesse sentido é que este trabalho se apresenta como contribuição.

10 Referências

BORGES, Maria Alice Guimarães. A informação e o conhecimento com insumo ao processo de desenvolvimento. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 175-196, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/viewFile/815/2357>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

CALIL JUNIOR, Alberto. Bibliotecas públicas como locus para a alfabetização midiática e informacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. especial, p.136-154, jan./jul. 2017. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/663>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução: Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klauss Brandini. 11.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, 1).

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1999.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016/1071>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

FERRAZ, Marina Nogueira. O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, número especial, p. 18-30, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v19nspe/04.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

HABEREY-KNUESSI, V.; HEEB, J. L. **Pour une critique de la competence: la question du sujet et de relation à l'autre**: Paris: Harmattan, 2015.

IFLA. **Manifesto da IFLA/UNESCO de bibliotecas públicas**, 1994. Disponível em:< <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. São Paulo: Loyola, 1994.

MARTINS, Wilson. A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. Tradução: Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2002.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, Marilda López Ginez; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires. **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Néctar, 2007. p. 47-96.

_____. Infoeducação: um passo além científico-profissional.

Informação@Profissões, Londrina, v. 5, n.2, p. 4-31, jul./dez. 2016. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/28314>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

PIERUCCINI, Ivete. **A ordem informacional dialógica**: estudo sobre a busca de informação em educação. 232 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SCAPECHI, Wanderson. **Saberes informacionais na educação superior: um estudo exploratório com estudantes universitários**. 88 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVA, José Fernando Modesto da. (Org.). **A biblioteca pública em contexto**: cultural, econômico, social e tecnológico. Brasília, DF: Thesaurus, 2015.

SUAIDEN, Emir. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

TAKAHASHI, Tadao. **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <

<https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/livroverde.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

TUOMINEN, Kimmo; SAVOLAINEN, Reijo; TAJLA, Sanna. Information literacy as a sociotechnical practice. **The Library Quarterly**, Chicago, v. 75, n. 3, p. 329-345, jul. 2005.

VIEIRA, Ronaldo. **Gestão do conhecimento**: introdução e áreas afins. Rio de Janeiro: Interciência.